

especifica a classificação entre as posições, fazendo que as mulheres agrupem-se em posições impassíveis de vitória no fim da lista; ou se as sanções para o não cumprimento são fracas ou inexistentes. Como em muitas tentativas de alterar a estrutura de incentivos, o diabo está nos detalhes e políticas legislativas aparentemente similares revelam-se acarretando consequências diferentes em diferentes nações.” Norris, 2013, p. 21.

“As variações na efetividade das cotas podem ser explicadas com base em se o sistema proporcional é aberto ou fechado (sendo o último mais eficaz), de acordo com a existência de classificações de posições (exigindo que os partidos posicionem as candidatas nas primeiras posições das listas partidárias fechadas), com a magnitude distrital (quanto mais alto o número de candidatos em um distrito, mais provável é que as cotas surtam efeito) e com boa-fé dos partidos em colaborar com as cotas” Norris, 2013, p.22). A comparação entre cotas legais de gênero sugere elementos de cautela para aqueles que esperam que essas estratégias produzirão automaticamente aumentos imediatos de curto prazo nas taxas de participação de mulheres no poder Legislativo. O caso francês, em particular, ilustra que a forma como os aspectos detalhados das leis de cotas são implementados, bem como as sanções para o seu não-cumprimento, pode gerar resultados muito diferentes tanto para eleições municipais quanto para eleições nacionais em um mesmo país. As variações dos resultados na América Latina confirmam essa observação. (p.22)

BACHARACH, P. & BARATZ, M. S. 1963. Decisions and Non-Decisions: An Analytical Framework. *American Political Science Review*, Washington (DC), v. 57, n. 3, p. 632-642, Sept.

3.11 Sistema presidencialista